

MOSE, V. *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 336 p.

Evandson Paiva Ferreira\*

A escola, cada vez mais, deverá ser um espaço aberto, e a educação, inevitavelmente vinculada à cultura. A vida deve ser a dimensão integradora das relações na escola. Se não houver vida naquilo que aprendemos, então não há educação, formação e muito menos aprendizagem. (Viviane Mosé)

A escola como criação política tem suas raízes no Esclarecimento do século XVIII e na sua noção de emancipação pelo conhecimento e pela razão. A ideia de homens emancipados do obscurantismo da religião e guiados pela razão é um ideal de uma sociedade burguesa que via na ciência moderna e na indústria o modelo para o progresso. E foi assim que a escola foi estruturada, oscilando entre a ideia de emancipação pela razão e disciplinamento pelo controle. Ora lugar de pensamento e criação, ora lugar de vigilância e exclusão.

Cabe, contudo, interrogar se essa escola, herdada do projeto burguês iluminista, ainda se adequa ao nosso tempo. Num mundo em que as pessoas e instituições se organizam em rede, que a tecnologia possibilita o acesso ao universo do conhecimento acumulado pela humanidade, ainda é possível uma escola pensada e organizada nos moldes da sociedade industrial? Essa parece ser a questão-chave colocada por Viviane Mosé em seu livro *A escola e os desafios contemporâneos*.

A autora, de sólida formação acadêmica, tornou-se conhecida pelos brasileiros graças à sua atuação na televisão, primeiramente com uma emissão voltada ao universo da filosofia, e depois com emissões específicas sobre educação escolar e seus desafios na constituição de uma escolarização significativa, cujo foco seja a aprendizagem. E foi desse trabalho de intelectual que, por meio da televisão, procura falar para o grande público, que nasceu

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto de Filosofia no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada À Educação (Cepae) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: evandson@ufg.br.

essa obra. Como a autora mesma relata na *Apresentação*, seu intuito era fazer uma série de entrevistas para um canal educativo com grandes educadores brasileiros e portugueses. No entanto, em razão do tempo de televisão ser diferente do tempo do pensamento, a autora viu que muito do que tinha sido dito nas entrevistas não daria par ser aproveitado nos programas da tevê. Daí a necessidade de transpor para este livro o vibrante conteúdo daquelas conversas.

Viviane Mosé faz então uma interessante divisão no texto. Primeiramente a autora nos oferece uma *Introdução*. Na verdade, um ensaio, no qual expõe suas ideias, o modo como pensa o mundo contemporâneo e como a escola pode e deve se inserir nessa contemporaneidade. Embora a autora não se utilize de muitas citações, ela segue uma linha de argumentação baseada em determinados autores, o que por vezes limita e fragiliza determinados pontos de vista, mas não tira a seriedade da posição defendida. A segunda parte, o “objeto” do livro, são as *Entrevistas*. Articuladas em torno de eixos afins, Viviane Mosé conversa com intelectuais conhecidos no cenário pedagógico brasileiro, que atuam em diferentes campos do ensino, da gestão e da pesquisa, mas que têm um objeto comum: pensar uma outra escola para uma sociedade que está se transformando rapidamente. Os entrevistados são os brasileiros Rubem Alves, Moacir Gadotti, Cristovam Buarque, Celso Antunes, Maria do Pilar, Madalena Freire, Tião Rocha e os portugueses José Pacheco e Rui Canário. Fica evidente que, decorrente de uma proposta para televisão, a escolha dos entrevistados visa atender a necessidade de escolher entrevistados conhecidos pelo grande público, mesmo que esse público seja formado basicamente por educadores. Como veremos abaixo, há uma sintonia ideológica entre entrevistadora e entrevistado que deixa muitas vezes o texto morno, sem discussão, sem um contraponto sempre necessário nas discussões acadêmicas. Mas esse texto não é para acadêmicos, o que em nenhum momento o desqualifica como obra de pensamento. Ele é para professores, para aqueles que estão na sala de aula, é esse público que Viviane Mosé parece querer alcançar. E nessa proposta ela se saiu muito bem.

Na primeira parte, a autora procura mostrar como a escola que temos não corresponde às reais necessidades da sociedade marcada pelo desenvolvimento tecnológico. Apesar da euforia científica dos séculos XVIII e XIX, profundamente influenciada pela liberdade do pensamento,

revolucionando as relações humanas e sociais, a escola se viu ancorada mais em aspectos burocráticos do capitalismo, que na ideia de emancipação. Há uma herança pesada para a escola que se organizou numa estrutura piramidal, hierarquizada e que fez do conhecimento algo a ser assimilado, memorizado, e não constituído, pensado de modo crítico. O que chama a atenção da autora é o descompasso entre a sociedade que, mesmo em transição, já não é mais a sociedade industrial dos séculos XIX e XX, mas cujas práticas pedagógicas em muitos lugares nos remetem à Idade Média, à escola-convento.

Mas a mudança da escola, frisa a autora, não é simplesmente uma questão de orçamento ou salário de professores. Claro que passa por aí também, mas a transformação radical deve se dar na estrutura mesma do pensamento, no modo como a razão e a sociedade se constituíram no Ocidente. Mosé faz um breve resgate de como, para a razão ocidental, a noção de exclusão é parte do processo na busca da verdade. Sem citar Aristóteles, a autora lembra os quatro princípios da lógica formal e de como esta tem na ideia de identidade e de terceiro excluído noções que foram assimiladas pela sociedade, expulsando tudo aquilo que foge ao padrão de normalidade. Uma primeira questão a ser posta à escola é a exclusão que promove com alunos que não se adaptam ao modelo fabril dessas instituições. “Ousaria dizer que a exclusão do saber, do conhecimento, é a raiz de toda exclusão. É especialmente em função disso que precisamos de uma nova escola” (MOSÉ, 2013, p. 45).

É preciso entender de que exclusão a autora está falando. Justamente numa época em que a sociedade brasileira, com cem anos de atraso em relação às sociedades desenvolvidas, conseguiu incluir em seu sistema escolar a grande maioria de crianças e jovens, de que exclusão a autora está a pensar? Sempre frisando que a escola atual é herdeira direta da sociedade industrial, Mosé reafirma o caráter fragmentário e conteudista que a escola possui. A escola de massa perdeu o caráter formativo das escolas das elites, dedicando-se a uma formação instrumental, supostamente voltada para as necessidades do mercado de trabalho. O saber é apresentado de modo compartimentado, fatiado, segmentado, como se o saber geográfico, literário, matemático não fizessem parte de um mesmo saber humano. “Os conteúdos ficam tão fragmentados que levam os alunos a acreditar que

estudam para os professores, para os pais, e não para si mesmos, para suas vidas” (MOSÉ, 2013, p. 49). Também as escolas para as elites entraram nesse modelo de educação instrumental.

No caso brasileiro, esse modelo utilitarista de educação, massificado principalmente depois da Segunda Guerra, é reforçado e instituído como o modelo durante a ditadura militar. A escola brasileira, já herdeira da organização fabril, também se torna refém de um sistema disciplinar que nega e combate toda forma de pensamento crítico, eliminando a filosofia e esvaziando as disciplinas que permaneceram no currículo de seu caráter reflexivo e crítico. No lugar da criatividade, da inteligência viva e provocante, restou a disciplina, a submissão, a ordem e o bom comportamento. “Com tudo isso, a escola acabou tornando-se um espaço explicitamente afastado das questões que movem a vida das pessoas e ainda mais distante dos desafios da sociedade” (MOSÉ, 2013, p. 50). É essa a nova exclusão praticada por esse tipo de escola. Gerações inteiras de crianças e jovens passaram por uma escola que não os estimulou a pensar a sociedade, sua constituição histórica, sua rede de interesses e conflitos, suas contradições. Essa falta de relação com a sociedade prejudicou, e ainda prejudica, não só no aspecto cognitivo dos alunos, mas no aumento do isolamento e da angústia dos indivíduos. Para autora, o aumento do consumismo e do uso de drogas lícitas e ilícitas é uma das faces da falta de conexão da escola com a sociedade e da escola consigo mesma. Não se trata de culpar a escola, mas de situá-la num contexto em que falta à sociedade um olhar crítico sobre si mesma e apontar que a escola pode atuar nesse processo, à medida que participa na formação de subjetividades críticas.

Ainda falando na exclusão, Mosé discute dois pontos importantes. Primeiro, é a mudança na relação do indivíduo com o conhecimento. Na era digital, o conhecimento está posto na rede. Não é mais a escola a detentora do monopólio da “socialização” dos saberes, nem é mais o professor aquele que sabe tudo. Se há um excesso de informações, se todo o conhecimento está contido nos livros e na internet, caberá à escola redefinir seu lugar no processo de formação das crianças e jovens. No lugar de transmitir conteúdos e informações, a escola deve ensinar seus alunos a selecioná-los e a pensá-los criticamente. Com isso, Mosé defende uma mudança de foco,

que tradicionalmente tem privilegiado o ensino, mas que deve, doravante, privilegiar a aprendizagem.

O que precisamos de fato encarar é que ou a escola passa a ser um espaço vivo de produção de saberes, de valorização da curiosidade, da pesquisa, da arte e da cultura, da criatividade, da reflexão – um espaço de convivência ética e democrática no qual se exercita a cidadania, um espaço vinculado à comunidade a que pertence, bem como à cidade, ao país, ao mundo – ou se tornará obsoleta e estará fadada ao desaparecimento. (MOSEÉ, 2013, p. 56)

Uma escola que valoriza a memória e a repetição nos remete àquilo que há 40 anos Paulo Freire chamou de “educação bancária”. Com a revolução digital, a memória pode ser armazenada no mundo virtual, deixando para o educando a possibilidade de liberdade de pensamento, da inteligência e da criatividade. A leitura do texto nos leva a concluir que Mosé não despreza a memória, uma capacidade humana fundamental à aprendizagem. Sua crítica radical se dirige a um modelo de escola e de avaliação que se preocupa não com o que o aluno aprendeu, mas com quanto ele “armazenou” de conteúdo. Assim, o que a autora recusa é a educação conteudista, cujo maior exemplo ainda é o vestibular. Em contraposição ao vestibular, Mosé destaca o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que, centrado não em conteúdos, mas em habilidades e competências, exige do aluno a capacidade de pensar e fazer relações.

E assim, a autora, na busca de uma fundamentação sobre como a escola deve responder aos desafios contemporâneos, leva-nos um terreno que merece uma leitura cuidadosa. Segundo Mosé, dada as mudanças tecnológicas, com repercussões no mundo do trabalho e no modo como nos relacionamos com o conhecimento, precisamos aprender habilidades e competências que nos qualifiquem para essa nova realidade. Ela mesma reconhece a polêmica em torno do tema, uma vez que “O meio acadêmico brasileiro [...] tem sido muito resistente a isso, por considerar que uma avaliação por competências e habilidades valoriza apenas uma formação para o mercado, do que discordo” (MOSEÉ, 2013, p. 67). A autora sabe que a noção de habilidades e competências surgiu no mundo do trabalho, mas defende que esse é o caminho mais adequado para superar a educação

conteudista. Essa sua posição está fundamentada em Perrenoud, mas sem uma discussão mais aprofundada. Particularmente, penso que tal questão precisa ser tratada com mais cuidado, uma vez que pode conduzir a educação justamente para o caminho que a autora combate ao longo do texto, ou seja, o de um conhecimento instrumentalizado, cujo sentido está na utilidade, na operacionalização que possui nas tarefas do cotidiano. Caberia uma discussão mais aprofundada, até para saber quem define as competências e habilidades, se a sociedade, de modo democrático, ou mercado, visando apenas a formação de recursos humanos.

Na segunda parte do livro, dedicado às entrevistas, a autora guia as perguntas seguindo a orientação teórica apresentada no ensaio introdutório. Com Rubem Alves, o eixo norteador é a necessidade de fazer da escola um lugar de “espanto”, um lugar que incentive a curiosidade natural das crianças. Não um lugar para aprender a dar respostas, mas para aprender a fazer perguntas. Para se construir uma escola nesses moldes, o que se põe como questão não é apenas a reforma curricular, mas uma antropologia que oriente as práticas educativas. Para Rubem Alves, o que deve dar sentido para a educação é a *incompletude do homem*. Ela é a chave da aprendizagem. Por não sermos completos por natureza, precisamos nos completar pela criação e inteligência. “Se fôssemos completos, Beethoven nunca teria feito a *Nona Sinfonia*. Ele a fez porque tinha um buraco dentro dele que doía muito. E o jeito que encontrou de curar a dor dentro do corpo foi compondo a *Nona Sinfonia*” (MOSÉ, 2013, p. 92).

Na conversa com Moacir Gadotti, há a referência necessária ao educador Paulo Freire. A crítica feita por este educador à educação bancária ainda é atual. Malgrado importantes avanços na discussão e prática pedagógicas, ainda temos uma relação com o conhecimento como algo a ser armazenado, guardado, depositado, e que, na avaliação, será resgatado, como prova de que se aprendeu. Para Gadotti, a herança da ditadura brasileira para a educação foi o empobrecimento e instrumentalização do pensamento na educação escolar, com a retirada da Filosofia, da Arte e da Sociologia do currículo, reduzindo o conhecimento à informação, e a informação ao útil. Essa concepção ainda não foi totalmente superada. “Nós evoluímos muito desde o fim do autoritarismo, mas ainda acho que a escola não conseguiu se

desvencilhar dessa carga autoritária do tecnicismo, de tentar controlar tudo” (MOSE, 2013, p. 130).

Cristovam Buarque, o terceiro entrevistado, dá destaque ao descaso que a sociedade brasileira tem pela educação, em especial pela escola pública. Ele defende um tipo de federalização da educação básica, em que o município cuida da gestão e a União cuida do financiamento, formação e contratação dos professores. Para Buarque, o professor deve ganhar bem, ser bem formado e gostar do que faz. Sobre a formação do professor, o entrevistado faz uma crítica à postura adotada pelas universidades brasileiras, que têm negligenciado a formação dos futuros professores. Isso pode ser visto, afirma Buarque, como o reflexo de uma falta de conexão da universidade com a sociedade e seus problemas, perdendo, desse modo, seu lugar de vanguarda na produção de conhecimento. “A verdade é que a universidade é uma espécie de cemitério de intelectuais. A universidade forma doutores, não forma pensadores, não forma intelectuais, pessoas com pensamento livre, capaz de voar” (MOSE, 2013, p. 170).

Assim como os outros entrevistados, Celso Antunes expõe na entrevista a crítica à educação predominantemente conteudista na escola brasileira. Ele não nega a necessidade do professor de cada disciplina saber o conteúdo de sua área, mas o que defende é que o profissional da educação deve saber como se dá a aprendizagem humana, ajudando, pois, seus alunos a pesquisar, a construir argumentos, a ter uma visão sistêmica do saber humano. Desse modo, o aluno mais bem formado não é o que sabe de cor nome de rios ou de montanha, mas “aquele que sabe pesquisar, que sabe argumentar, que tem uma visão sistêmica, que sabe ligar-se ao mundo, ele é cidadão do momento em que vive” (MOSE, 2013, p. 187).

Para Mosé, a grande surpresa entre os entrevistados foi a professora Maria do Pilar, secretária de Ensino Básico do Ministério da Educação na gestão do ministro Fernando Haddad. A intenção da entrevista, e aqui é preciso elogiar a honestidade da autora, era “reforçar aquela crítica que todos fazemos à ineficiência do sistema” (MOSE, 2013, p. 219), mas o que a autora descobre é uma pessoa que, vinda de fato da área da educação, possui larga experiência na gestão escolar, oferece uma visão mais ampla do sentido do que é a educação escolar. Para essa gestora, o financiamento, e formação do professor e a infraestrutura são fundamentais para uma

educação de qualidade. Mas, anterior a isso, faz-se necessária uma discussão sobre qual projeto de escola pública a sociedade quer. “Temos sempre de combinar o uso dos recursos com uma gestão que seja transparente, que seja democrática, e democrática significa ouvir os diferentes setores da sociedade no uso desses recursos e que a gestão desses seja participativa” (MOSÉ, 2013, p. 225). A entrevistada defende em sua fala a necessidade de toda a sociedade se envolver na constituição de um projeto maior de escola, comprometida com a causa democrática e republicana, colocando-se acima dos interesses econômicos, religiosos e políticos.

Também é entrevistada a educadora Madalena Freire, filha de Elza e Paulo Freire. Num tom biográfico, em que a entrevistada fala da sua relação com os pais educadores e, principalmente, de como a relação com a mãe foi fundamental na decisão de ser professora. No relato de suas experiências, o que mais chama atenção é a defesa que Madalena Freire faz, retomando o pensamento de seu pai, de leitura do mundo. Para a educadora, um professor ou uma escola que não ensina seus alunos a ler a realidade fracassará em seu trabalho. Usando a si mesma como exemplo, num episódio de sua vida profissional em que diz ter se sentido fracassada, afirma que o que explica o fracasso da escola está em não ler a realidade, em não dialogar com o saber do outro, com aquilo que dá sentido à vida do educando. Indagada por Mosé sobre o que é ser professor, Madalena Freire responde que

Não é só o conhecimento que faz um bom professor. O que faz um bom professor é a consciência dele que, primeiro, ele necessita ter conhecido, mastigado, sentido o saber, o sabor do conhecimento. Mas saber tudo não é saber a verdade, e não adianta você saber mais, mas não entrar em comunicação, em sintonia, com o saber do outro. (MOSÉ, 2013, p. 243)

Professora não é “tia”, nem escola é extensão da família. De acordo com Madalena Freire, a escola é espaço público, lugar de profissionais que constroem um modelo de autoridade. E profissionais da educação não são apenas os professores, mas também o pessoal da limpeza, da merenda, do portão, da administração. A escola é o lugar em que todos devem educar uns aos outros.

Na entrevista com o educador Tião Rocha, podemos ver o relato de uma experiência educativa fora da escola. O ex-professor universitário deixou a vida acadêmica para viver um tipo de educação que procura não repetir os mesmos erros da escola. Em primeiro lugar, Tião Rocha faz uma distinção entre ser professor e ser educador. Inspirado em Guimarães Rosa, ele afirma que “O professor é aquele que ensina, e o educador é aquele que aprende mais do que ensina” (MOSÉ, 2013, p. 259). A sua saída da universidade deveu-se ao que ele classifica de “gueto”, de um isolamento da universidade em relação à sociedade. Um isolamento ainda maior que o da escola. Ao fundar a organização não governamental Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), Tião Rocha não só deu um sentido novo para sua vida de educador, mas criou uma proposta que, complementar ao trabalho da escola, e muitas vezes tentando salvar o jovem do estrago feito pela escola em sua vida, cria situações de aprendizagem para aqueles que estão em dificuldade escolar, ou mesmo que já abandonaram a escola. É, de fato, uma “UTI educacional”. Aonde o projeto chega, geralmente em lugares pobres, o objetivo é envolver todos da comunidade no resgate desses jovens que não conseguem aprender, que não conseguem se enquadrar no esquema, como ele mesmo diz, “colonial” de educação. “A forma do sistema educacional brasileiro até hoje é a do período colonial, se passa um verniz de modernidade, mas ele continua o mesmo” (MOSÉ, 2013, p. 269). A experiência de Araçuaí é o exemplo de como um projeto inteligente pode transformar uma cidade sem grandes recursos numa “cidade educativa”, uma comunidade que acolhe e cria espaços de aprendizagem. Os frutos desse trabalho são vários, mas o principal é a criação de um protagonismo coletivo que faz da formação dos jovens uma questão para toda a sociedade.

As duas últimas entrevistas são com dois educadores portugueses: José Pacheco e Rui Canário. O primeiro é o criador da Escola da Ponte, em Portugal, a única escola pública autônoma daquele país, financiada pelo poder público, mas administrada por professores e pais de alunos. Mas o que fez notória a Escola da Ponte foi sua capacidade de romper com a velha estrutura organizacional e pedagógica da escola. Não mais uma escola em que grandes curriculares, cargas horárias e avaliações do conteúdo apreendido dão o sentido do que é considerado uma boa escola. O que o trabalho de José Pacheco buscou – e conseguiu – foi criar um ambiente de aprendizagem

e inclusão, no qual alunos e professores se organizam em torno da busca do conhecimento, da corresponsabilidade e da autonomia nos estudos. Organizados em grupos de estudo, os alunos, oriundos das mais diferentes realidades econômicas e culturais, constroem um caminho de formação, no qual o que se almeja não é a *performance*, mas a aprendizagem significativa.

Rui Canário é professor universitário, ex-professor de José Pacheco e incentivador do trabalho realizado na Escola da Ponte. Para Canário, não há futuro para esse tipo de escola fragmentada e alienada do mundo contemporâneo. “A escola é obsoleta em sua forma atual e, portanto, está perdendo o prazo de validade. Perdeu o prazo de validade” (MOSE, 2013, p. 321). Inspirado nas ideias de Paulo Freire, embora critique a posição desse autor sobre o papel do Estado e das políticas públicas, e em Ivan Illich, pensa que a educação escolar deverá conviver cada vez mais com formas não escolares de formação. Para ele, o grande exemplo nos é dado pelos movimentos populares, destacando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, uma vez que põem em questão as políticas públicas de educação.

O futuro, acho que em vez de nos interrogar sobre o futuro da escola, devemos nos interrogar sobre o futuro da educação, e o futuro da educação deve se procurar do lado da educação não escolar, onde existem hoje muitas experiências e muito conhecimento produzido. (MOSE, 2013, p. 326-327)

As entrevistas se complementam e oferecem ao leitor mais que uma reflexão teórica sobre o que é a educação e quais os desafios da escola para a formação de um indivíduo preparado para os novos desafios do mundo contemporâneo; o que Mosé nos oferece é o relato apaixonado de pessoas que agiram (e ainda agem) nas últimas décadas pela transformação da educação escolar brasileira, buscando um sentido formativo para o que tem sido basicamente instrumental. Se o texto há lacunas (que não texto não as tem?), caberá ao leitor atento e curioso ir atrás de outros textos (inclusive os citados pela autora), como sujeito de sua própria autoformação.